



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

## E depois de Outubro?

A História política ensina-nos que, em períodos de aflição, os cidadãos procuram sempre uma referência, um líder, um porto de abrigo seguro que guie a comunidade para uma espécie de salvação sensata.

Os exemplos nos Açores são muitos, mas limito-me aos mais recentes, já na Autonomia contemporânea, em que, logo após a tragédia de 1 de Janeiro de 1980, na Terceira e nalgumas ilhas do Grupo Central, a forte intervenção do Governo de Mota Amaral no ciclo da reconstrução fez-lhe guindar para resultados eleitorais estratosféricos (de 53 para 57% em Outubro do mesmo ano, enquanto o PS afundava-se dos 32 para 27%).

O fenómeno repetiu-se em Outubro de 1997, aquando da tragédia na Ribeira Quente, com o Governo de Carlos César acabado de tomar posse. A boa prestação da nóvel liderança valeu, três anos depois, um crescimento eleitoral de 45 para 50%, enquanto o PSD dava um trambolhão dos 40 para os 32%.

Este ano o fenómeno não deve fugir à regra.

Em Fevereiro os analistas, com base nos primeiros estudos de opinião recebidos por alguns partidos (nunca revelados publicamente), andavam a discutir o tamanho da perda eleitoral do PS, com uma quase certa perda da maioria absoluta.

Agora, com a crise pandémica, deu-se uma reviravolta na avaliação da prestação do Governo de Vasco Cordeiro.

O Presidente do Governo percebeu que tinha aqui uma oportunidade histórica para dar a volta, uma vez que a crise sanitária obrigava ao confinamento da oposição (até do parlamento, a quem compete fiscalizar o governo), dando o palco todo para a actuação do líder a que os cidadãos se agarram na hora da aflição.

Foram meses de dois protagonistas apenas: Vasco Cordeiro e Tiago Lopes.

Bastou alguma sensatez nas decisões, jogar com o binómio medo/segurança, impor regras duras mas seguras (alguns abusos à mistura, é certo), mas o suficiente para o povo perceber que havia quem mandava (apesar da oportuna divergência com o Governo da República em fechar os aeroportos).

Por agora o objectivo parece atingido: o julgamento eleitoral, em Outubro próximo, será com base nesta avaliação final e os anos anteriores desta legislatura, que foram bem desastrosos, já estão esquecidos.

A não ser que surja, até Outubro, algum contratempo tão surpreendente como em Março - o que não é verosímil -, resta agora manter o barco a navegar em mar calmo, com visitas frequentes a todas as ilhas, inaugurações quanto baste, espalhar dinheiro pelas empresas em crise, auxiliar os que perdem rendimento, injectar mais nas instituições sociais e está feito o passeio tranquilo por mais quatro meses para o julgamento final.

Só há um único problema que vai assaltar a mente de algumas pessoas: e depois de Outubro?

Ninguém adivinha o que aí vem, mas o cenário mais provável é que no início do próximo ano comecem a chegar as primeiras ajudas financeiras da Comissão Europeia, a que se acrescenta o envelope financeiro do novo quadro 2021-2027, que nunca será menos do que 1,5 mil milhões de euros.

Será o suficiente para manter a região na acalmia do emprego, criação de riqueza e consequente retoma das actividades económicas mais importantes (junto com uma aposta forte no Serviço Regional de Saúde)?

Vai depender - muito! - do comportamento externo e de como iremos lidar com os buracos internos que, entretanto, não nos livramos nesta pandemia.

Temos problemas gravíssimos para resolver internamente, que se agravaram com esta crise, mas que já definham antes da pandemia.

A SATA é um deles, cuja resolução parece mal encaminhada, a julgar pelo que estamos a ver na TAP, o que poderá criar uma explosão social grave na região, aliada a outros sectores do sector público empresarial regional que estão em graves dificuldades e de quem dependem muitas famílias.

Mas isso já é em 2021.

Até Outubro, é empurrar com a barriga...

## Estado impedido de injectar dinheiro na TAP

O Supremo Tribunal Administrativo aceitou a providência cautelar para travar a injeção de 1,2 mil milhões de euros na TAP.

A acção judicial contra as ajudas do Estado foi interposta pela Associação Comercial do Porto.

A associação alega que a companhia aérea não deve receber uma ajuda nacional, uma vez que 96% dos voos internacionais da TAP concentram-se no aeroporto de Lisboa, "marginalizando o aeroporto do Porto" e os restantes.

### TAP queria mais de 1,2 milhões

O secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, disse hoje no Parlamento que o valor máximo de 1.200 milhões de euros previsto para o auxílio de Estado à TAP foi inferior ao que a companhia aérea pretendia.

Ainda ontem, o Presidente executivo da TAP, Antonioaldo Neves, admitiu ser



“óbvio” que a TAP não tem condições para pagar o empréstimo que vai receber de até 1.200 milhões de euros e quer apresentar o plano de reestruturação em três meses.

“É óbvio que nós não temos condições de pagar a dívida daqui a seis meses. Nenhuma companhia aérea no mundo tomou

empréstimo para pagar em seis meses”, admitiu Antonioaldo Neves, que falava na comissão parlamentar de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, na Assembleia da República, em Lisboa.

Antonioaldo Neves adiantou ainda que a intenção da TAP é de apresentar aquele

plano dentro de três meses.

O Estado (através da Parpública) detém 50% da TAP, resultado das negociações do Governo de António Costa com o consórcio Gateway (de Humberto Pedrosa e David Neeleman), que ficou com 45% do capital da transportadora, e os restantes 5% da empresa estão nas mãos dos trabalhadores.

Na semana passada, o secretário de Estado do Tesouro já tinha instado a companhia aérea a apresentar um plano estratégico “com celeridade”, e salientou que o próximo verão será importante para ter perspectivas sobre o futuro.

“O Estado preparou a notificação à Comissão Europeia em tempo recorde, em cerca de três semanas. Compete agora à empresa apresentar o seu plano estratégico com celeridade”, disse o governante, que estava a ser ouvido, juntamente com a restante equipa governativa das Finanças, pela Comissão de Orçamento e Finanças do parlamento, no âmbito do Orçamento do Estado Suplementar.